

PERCURSOS DA FORMAÇÃO SUPERIOR
DO JORNALISMO RADIOFÓNICO EM PORTUGAL
PATHWAYS OF HIGHER EDUCATION
ON RADIO JOURNALISM IN PORTUGAL

LUÍS BONIXE

LUIS.BONIXE@GMAIL.COM

CIC.DIGITAL/INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

RESUMO

A rádio, e em particular o jornalismo radiofónico, atravessa um período de mudanças decorrentes da emergência de um paradigma comunicacional dominado pela tecnologia e, em especial, pela Internet. Os jornalistas da rádio confrontam-se, por essa via, com novas práticas, rotinas e modos de produção gerando desafios também ao nível da sua própria formação. Nesse contexto, qual o papel reservado à formação superior em jornalismo e, em particular, qual o espaço para o jornalismo radiofónico nessa formação? O presente artigo pretende dar um contributo para uma reflexão sobre o percurso que está a ser percorrido em Portugal em relação à formação superior de jornalismo radiofónico.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo, Rádio, Ensino superior, Portugal.

ABSTRACT

Radio, and in particular the radio journalism, is going through a period of changes resulting from the emergence of a communication paradigm dominated by technology and Internet. Radio journalists are facing new practices, routines and modes of production, generating challenges also in terms of their own training. In this context, what role is reserved for a degree in journalism and in particular, what is the space for radio journalism in this training? This article aims to contribute to a reflection about the path that is being followed in Portugal in relation to higher education in radio journalism.

KEYWORDS

Journalism, Radio, Higher Education, Portugal.

PERCURSOS DA FORMAÇÃO SUPERIOR DO JORNALISMO RADIOFÓNICO EM PORTUGAL PATHWAYS OF HIGHER EDUCATION ON RADIO JOURNALISM IN PORTUGAL

LUÍS BONIXE

LUIS.BONIXE@GMAIL.COM

CIC.DIGITAL/INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Introdução

Partindo de um novo ecossistema mediático dominado pela digitalização dos média e pela Internet, o meio radiofónico encontra-se num interessante ponto de viragem da sua forma tradicional e analógica para um modelo multimediático. Talvez como consequência de uma fase híbrida, em que ainda não abandonou processos da sua génese hertziana ao mesmo tempo que começa a incorporar novos modelos próprios da digitalização, a rádio procura o seu espaço num menu mediático altamente povoado.

É neste contexto, próprio do século XXI, que enquadrámos a rádio e em particular o jornalismo radiofónico no presente artigo. Uma rádio que coexiste no seu modelo tradicional, mas que está presente nas plataformas móveis, nas redes sociais, nos sites e que, por essa via, incorporou nos seus processos discursivos elementos expressivos que vão para além do som.

Este novo cenário gerou a necessidade de a rádio captar profissionais cujo perfil ultrapasse as competências tradicionais associadas ao meio radiofónico e que radicavam na produção exclusivamente sonora dos conteúdos. Por outro lado, esta realidade não pode ser dissociada de novas práticas, rotinas e questões deontológicas que surgem como desafios para os profissionais da informação na rádio.

Assim, a formação de jornalistas, e em particular de jornalistas da rádio, passará também pela adequação dos planos de estudos e dos programas a esta nova realidade do meio radiofónico. Deste modo, no presente artigo, pretendemos contribuir para a reflexão em torno da resposta que a formação superior, universitária e politécnica, está a dar neste domínio, caracterizando a oferta formativa que os cursos de ciências da comunicação/comunicação social/jornalismo proporciona aos estudantes e futuros profissionais da rádio.

O ensino do jornalismo em Portugal

Como bem nota João Carlos Correia, a discussão em torno da formação superior de jornalistas não é nova. Ela radica em duas posições, aparentemente, antagónicas e aqui resumidas pelo autor:

“De uma forma simplista, podemos pensar que de um lado estão os defensores da boa “tarimba”, que acreditam que o talento jornalístico não pode ser en-

sinado nas academias (...) Do outro, surgem os teóricos que afirmam que sem uma cuidada preparação ética, deontológica, filosófica, sociológica, cultural e técnica, o jornalista não está preparado para exercer a sua profissão” (Correia, 1998)

Apesar de pertinente, esta é uma discussão que não cabe no presente texto. Assumimos as posições de outros autores que acabam por combinar estas duas dimensões do debate e que preferem assumir que o que está em causa não é tanto se deve ou não haver formação superior em jornalismo, mas que formação deve existir (Mesquita&Ponte, 1997; Marinho, 2011; Coelho, 2015).

Não colocando de parte a chamada “tarimba”, a formação superior de jornalistas é vista num quadro mais alargado das ciências sociais em geral e da comunicação em particular. Não podem, neste contexto, ser ignorados aspetos que se relacionam com os valores humanistas inerentes à profissão (Mesquita&Ponte, 1997) bem como as suas dimensões ética, deontológica, cultural e tecnológica (Marinho, 2011). Ou seja, os jornalistas e o jornalismo são vistos como “agentes de mudança na sociedade” e que apesar de o jornalismo ser “contextual, há valores cruciais e comuns que estruturam a sua prática” (Marinho, 2011: 29).

Manuel Pinto resume assim os percursos seguidos em Portugal em relação à formação de jornalistas:

“(…) em primeiro lugar, o círculo da formação sócio-humanística e cultural clássica; segue-se o círculo das ciências que incidem na «problemática da comunicação»; e, finalmente, no centro, o círculo correspondente aos estudos jornalísticos. Este último poder-se-á ainda subdividir entre as disciplinas teórico-epistemológicas e as disciplinas de pendor prático-experimental” (Pinto, 2004: 54).

Para esta diversidade descrita por Pinto, muito tem contribuído o crescimento que o ensino superior em Portugal sofreu nas últimas duas/três décadas, não apenas derivado do alargamento das ofertas institucionais (em particular com a criação de institutos politécnicos e universidades privadas) mas, naturalmente, associado a isso, à proliferação de cursos em particular na área das ciências da comunicação, fenómeno que Mário Mesquita classificaria com a curiosa expressão de “milagre da multiplicação” verificada após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. “A partir de finais da década de 80, o ritmo de crescimento de cursos na área da Comunicação acelera-se, em Universidades e Institutos Politécnicos do sector público e privado, num somatório que ultrapassa as três dezenas” (Mesquita & Ponte, 1997).

Para Manuel Pinto, esta proliferação decorre de um “quadro expansionista da oferta do ensino superior” e que se combinou com a “imagem socialmente positiva associada às profissões da comunicação e dos media” (Pinto, 2004: 53). Esta combinação tem feito com que um pouco por todo o país tenham surgido cursos na área das ciências da comunicação em universidades públicas e privadas e em institutos politécnicos e nos quais, anualmente, se verificam elevadas taxas de ingresso por parte dos candidatos.

Esta situação faz emergir uma outra questão, a do mercado, e que é foco de atenção de Pedro Coelho. Para o autor, o ensino do jornalismo deve “preencher

as necessidades do mercado” e, por outro, “municar o aluno com as ferramentas analíticas que o ajudem a conhecer os efeitos do mercado na ação profissional, auxiliando-o na reflexão sobre a forma de lhe resistir”. (Coelho, 2015: 277)

Num tal contexto, Coelho questiona se fará sentido, num país em que o mercado de trabalho na área da comunicação não consegue absorver todos os licenciados, um tão elevado número de ofertas formativas neste campo. E aponta três razões para a atual proliferação de cursos:

Desde logo a demora demonstrada pelo Estado em intervir na avaliação e acreditação do ensino superior. A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior só começou a funcionar em 2009 (...). O problema, todavia, parece estar a montante (segunda razão), na fase em que o Ministério da Educação permitiu a disseminação pelo país das diversas licenciaturas na área (...). A terceira razão que, na nossa opinião, está por detrás deste crescimento anómalo da área, no ensino superior público, estará relacionada com o custo de funcionamento destas licenciaturas. O desenvolvimento tecnológico, a que íamos assistindo no mercado, não adquiria a mesma consistência na academia e, como tal, essa parcela não assumia volume suficiente que retraísse as sucessivas inaugurações da década de 90 do século passado (Coelho, 2015: 363-364).

A questão do mercado é relevante, para mais se tivermos em conta os números apresentados no estudo de Rebelo *et. al.* (2011: 81) sobre os perfis sociológicos dos jornalistas portugueses no qual é referido que “quase um terço tem formação superior”, embora não especifique em que área. Em relação à rádio, que nos importa para o presente estudo, dados que resultam de um inquérito a 50 jornalistas de emissoras locais revelam que 64% dos inquiridos têm licenciatura e destes, 74,19% são licenciados em Ciências da Comunicação (Bonixe, 2014a: 67).

Após os anos dourados, o ensino do jornalismo/comunicação em Portugal tem conhecido nos últimos anos uma relativa estabilização ao nível das ofertas formativas, embora seja de registar um ligeiro decréscimo quer ao nível de vagas, quer de licenciaturas. Assim, no site Labform, iniciativa dos professores de jornalismo Sandra Marinho e Pedro Coelho (ambos doutorados com teses na área da formação académica de jornalistas) são identificados, no ano letivo 2014/2015, 29 licenciaturas, o que corresponde a um ligeiro decréscimo em relação a 2010/2011 (31) e a 2006/2007 (32). Em 1996/1997 havia em Portugal apenas 23 licenciaturas.

Em relação ao número de vagas, a quebra é bem mais significativa. De acordo com os dados disponibilizados no mesmo site e que decorrem das informações disponibilizadas pela Direção-Geral do Ensino Superior, em 2014/2015 foram postas a concurso 1298 vagas, quando em 2010/2011 tinham sido 1586 e em 2006/2007, 2072 lugares. Regista-se, por isso, um notório decréscimo de vagas de acesso às licenciaturas em jornalismo/comunicação em Portugal, em particular desde há dez anos, quando se registaram os valores mais elevados, quer em número de lugares disponíveis, quer de licenciaturas.

O espaço do jornalismo radiofónico

Longe vão os tempos em que as famílias se reuniam em torno de um aparelho de rádio para escutar as notícias ou as tão frequentes radionovelas. A rádio do século XXI já não tem essa centralidade na vida das famílias. Não se trata, no entanto, de uma perda de protagonismo, mas antes de uma reorganização num contexto mediático muito mais alargado e povoado. A rádio dos dias de hoje convive com os outros meios tradicionais, mas o principal desafio decorre, naturalmente, da existência de um ecossistema mediático dominado pelas plataformas digitais e pela comunicação online, como descreve Haye: “Los procesos tradicionales están siendo modificados por el standard digital y el desarrollo de otras plataformas como las de satélite, de cable, de Internet o de telefonía móvil” (Haye, 2011).

Tal como sucede com a televisão ou a imprensa, a rádio ocupa também o seu espaço na Internet e procura potenciar a sua presença da melhor forma. É, pois, neste contexto que devemos olhar para os desafios que os profissionais do meio radiofónico enfrentam na segunda década do século XXI, o que coloca também desafios ao nível da sua formação.

Ou seja, o cenário em que interessa analisar as ofertas formativas ao nível superior na área do jornalismo radiofónico, deve ter em conta vários fatores: 1) a rádio é hoje multiplataforma existindo na sua versão hertziana, mas estendendo-se pelas plataformas móveis, redes sociais, sites; 2) em virtude dessa multiplicidade de formas de distribuição dos conteúdos radiofónicos, o perfil dos profissionais sofre alterações; 3) as rotinas dos profissionais das rádios, e em particular dos jornalistas, são modificadas nos seus processos e modos de produção.

Relembramos, neste caso em particular, o contributo de Ortiz y Cuesta que defendem que o perfil dos profissionais de rádio já não se pode limitar à manipulação sonora das mensagens. “É um jornalista polivalente, com formação superior e capacitado para elaborar conteúdos com textos, imagens e sons em vários suportes” (Ortiz y Cuesta, 2003: 40).

Por outro lado, há espaço, nos dias de hoje, para uma reflexão que deve ser levada em linha de conta e que, a nosso ver, contempla dois aspetos principais. Um primeiro que aponta para a necessidade de se equacionar o papel da rádio num menu informativo muito diversificado e que integra, para além dos meios tradicionais, outras formas de parajornalismo, como sejam os blogues, os sites criados por cidadãos, as contas de twitter e de facebook ou de outras redes sociais. Ou seja, qual o lugar da rádio, e em particular do jornalismo radiofónico, num contexto tão plural e com tantas formas para chegar à informação (é certo que nem sempre rigorosa e escrutinada)?

Uma segunda reflexão tem a ver com o próprio conceito de rádio. Esta discussão convoca argumentos que procuram invocar a genética do meio (baseada exclusivamente no som) e outros que buscam na adaptação da rádio às novas tecnologias a base da sua resiliência. Se para uns, se tiver imagem já não é rádio (Meditsch, 2001: 5), para outros a presença de vários elementos não sonoros enriquecem e complementam o meio. Nesta perspetiva, encontramos o contributo da equipa de investigadores do Observatório da Comunicação português que olha para a rádio e as novas tecnologias encontrando nessa relação três aspetos principais: 1) *Narrowcasting*, que significa a coexistência do analógico com o digital e a difusão da

banda larga. Baseia-se numa sofisticação dos terminais móveis de comunicação que geram oportunidades de acesso contribuindo para a redução de custos e criação de ofertas diferenciadas. 2) *Drone station*, a rádio transfigura-se numa página pessoal em interação com o seu ouvinte-editor. Funciona como uma espécie de repositório de música e 3) *Cloud Radio*, a rádio encastra-se num cada vez maior número de dispositivos para além do equipamento tradicional criando um ambiente onde o acesso à rádio é cada vez mais possível (Vieira et. al, 2010).

A rádio está, isso parece inquestionável, numa fase de mudança e transição que interfere com os seus tradicionais modos de produção, distribuição, rotinas e cultura profissional.

Ou seja, apesar de uma mudança no papel da rádio na vida de todos nós, o meio continua a ter a sua importância como aliás confirmam os dados revelados por vários relatórios que referem a rádio como um meio estável. É o caso dos Estados Unidos da América onde segundo o Pew Research Center (2015): “Traditional AM/FM radio, meanwhile, continues to reach the overwhelming majority of the American public” e o caso português sobre o qual o relatório da Gatescope sublinha a ainda relação do meio com as audiências: “Em relação ao consumo médio, com 6,4% de penetração, este indicador encontra-se perfeitamente estabilizado. Isto significa que, em média, cerca de 500 mil indivíduos escutam uma qualquer estação de rádio, num determinado período horário, pelo menos 5 minutos” (Gatescope, 2015: 7).

Da formação em profissão à investigação

Num tal cenário de profundas mutações nos média em geral, e na rádio em particular, crescem responsabilidades para todos os intervenientes no processo de formação, sejam profissionais, alunos ou docentes. Tal como sublinha o investigador brasileiro Lourival Junior, “no tocante ao ensino do Jornalismo Radiofónico, o preparo dos estudantes aptos a encarar os desafios atuais exige, dos docentes, constante reavaliação e atualização dos conteúdos ministrados nas salas de aula e nos laboratórios”. (Junior, 2015: 27)

No mesmo sentido, Malaluy e Maciel referem o seguinte:

“Pensar o ensino de rádio e de radiojornalismo na conjuntura atual, em que as segundas mudanças tecnológicas têm reconfigurado incessantemente o mercado de trabalho, os conteúdos produzidos e o público, permanece como desafio cotidiano na agenda dos docentes, pesquisadores e profissionais da área. Num cenário ainda incerto, mas prenhe de possibilidades, a preocupação premente é consolidar o conhecimento teórico da área e auxiliar na construção de novos parâmetros e processos, sem desconsiderar, porém, a tradição e a história do meio e seu papel fundamental no desenvolvimento do jornalismo ágil, cidadão e voltado para os interesses mais amplos da sociedade” (Malaluy&Maciel: 2014: 944).

Os mesmos autores sublinham a existência de diretrizes para o ensino do jornalismo radiofónico e que podem ser resumidas do seguinte modo: 1) necessidade de continuar a promover a interatividade, mas procurando incorporar ferramentas digitais; 2) aceder e utilizar as ferramentas digitais como instrumentos criativos e

não enquanto controlo social; 3) promover a prática do jornalismo radiofónico crítico baseado no debate e reflexão sobre o quotidiano (Maluly&Maciel: 2014: 940).

Num breve olhar para o ensino do jornalismo radiofónico em Portugal, encontramos duas grandes dimensões ao nível da formação. Por um lado, aquela que é obtida através de cursos realizados em centros de formação e que se destinam preferencialmente a profissionais do setor e, por outro a formação ao nível do ensino superior.

Em relação à formação profissional e de aperfeiçoamento relembramos o papel de várias ações/cursos nos últimos anos. Por exemplo, o Centro de Formação de Jornalistas do Porto do qual sublinhamos um curso realizado em 1989 sob a coordenação de António Jorge Branco ou o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (Cenfor) que ainda hoje realiza cursos na área da rádio. Na história da formação em rádio, destacamos ainda um curso ministrado na RDP, nos finais dos anos 70 do século passado, por Édouard Guibert, jornalista francês e formador do Centre de Formation des Journalists de Paris bem como o curso organizado por Adelino Gomes na TSF em 1986, por iniciativa do então diretor da estação, Emídio Rangel. Ainda hoje, este curso é visto pelos profissionais da rádio como algo que mudou a própria forma de fazer informação na rádio. Tratou-se de uma formação inspirada no modelo antes trazido para Portugal por Edouard Guibert e que representou um corte com o modo como se praticava jornalismo radiofónico no nosso país. Francisco Sena Santos, à época um dos jornalistas da TSF, sintetiza assim os objetivos do curso:

“As pessoas foram formadas para um modelo. O fim era criarmos uma rádio orientada para a informação. Para fazermos uma rádio em direto. Houve um período de estágio em que toda a gente foi fazer diretos. Diretos curtos, diretos longos. Criou-se uma geração de jornalistas que ainda hoje existe” (in Bonixe: 2009: 153).

Destacamos ainda, nos dias de hoje, o Centro de Formação de Jornalistas da RTP que integra também a formação na área da rádio.

Ao nível do ensino superior, a proliferação de cursos na área das ciências da comunicação, a que já nos referimos, muito contribuiu para que a formação em rádio a nível superior se tenha generalizado pelo país. Em alguns casos, as instituições apostaram na criação de estúdios de rádio e de televisão emprestando aos cursos superiores na área do jornalismo uma dimensão técnica e tecnológica que antes não possuíam, ao mesmo tempo que funcionaram como forte incentivo para a captação de novos estudantes. Apesar de esse investimento ter ocorrido em algumas instituições, nos primeiros anos era ainda “em recursos de formação jornalística aplicada” que se encontravam as principais carências (Mesquita & Ponte, 1997).

De qualquer forma, para além da visão teórica e reflexiva das questões do jornalismo e da comunicação, os planos curriculares introduziram o “saber-fazer” em disciplinas denominadas de “oficinas”, “laboratórios” ou “atelier”, por exemplo.

No relatório elaborado por Mário Mesquita e Cristina Ponte em 1996 e 1997 sobre a Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo, são feitas referências à inclusão de várias disciplinas na área do jornalismo radiofónico em diversos cursos. São os casos de Atelier de Jornalismo Radiofónico (ESCS), Jornalismo Radiofónico, apenas na especialização em Jornalismo do curso de Ciên-

cias da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL); Atelier de escrita para Rádio (UBI); Jornalismo Radiofónico (UAL); Radiojornalismo (UFP); Jornalismo Radiofónico (ISLA-Santarém). O relatório destaca ainda a Faculdade de Letras de Coimbra que com a sua licenciatura em Jornalismo, criada em 1993, pretendia focalizar-se no jornalismo escrito, radiofónico e televisivo. A este propósito, os autores referem que “a opção pela criação da primeira licenciatura em Jornalismo existente no ensino universitário português marca a sua diferença entre os outros cursos da área da comunicação existentes em Portugal” (Mesquita & Ponte, 1997).

Ao nível dos segundos ciclos, a rádio aparece sobretudo nas teses de mestrado, estando praticamente ausente dos planos de estudo. Com a aplicação do chamado processo de Bolonha e a conseqüente alteração da estrutura dos mestrados, surgem com maior incidência trabalhos finais relacionados com a rádio, agora já não circunscritos às teses, como anteriormente, mas também a relatórios de estágio e de projeto.

Merece da nossa parte uma referência, ainda que breve, à investigação sobre rádio em Portugal que na última década cresceu muito, sobretudo com a defesa de teses de doutoramento tendo a rádio portuguesa como foco. Assim, até 2001 apenas duas teses de doutoramento tinham sido defendidas sobre a rádio em Portugal, a saber: em 1996 na Universidade Nova de Lisboa, Eduardo Meditsch defendeu a tese com o título “A especificidade do rádio informativo: um estudo da construção, discurso e objectivação da informação jornalística no rádio, a partir de emissoras especializadas de Portugal e do Brasil em meados da década de 90” e Rui Melo na Universidade de Salamanca defendeu o trabalho com o título “O Digital Audio Broadcasting e as implicações nos conteúdos radiofónicos”.

Desde 2006 até 2015 foram defendidas doze teses, totalizando 14 dissertações sobre a rádio em Portugal. As temáticas são diversas e vão desde o jornalismo (Bonix, 2009; Reis, 2011); passando pela programação (Cordeiro, 2007); as rádios locais e comunitárias (Reis, 2006; Santos, 2012; David, 2015); tecnologia, incluindo a Internet (Meneses, 2008, Portela, 2015), história da rádio (Ribeiro, 2009); rádio e comunidades (Moura, 2010); serviço público de rádio (Santos, 2011) e cidadania (Guimarães, 2015). A provar a tendência de crescimento na investigação ao nível de doutoramentos sobre a rádio, 2015 foi o ano com mais teses defendidas, totalizando três.

Metodologia

O presente artigo pretende lançar um olhar sobre o ensino superior do jornalismo radiofónico em Portugal, com enfoque nas licenciaturas. Para isso, foram identificados 28 cursos de Ciências da Comunicação/Comunicação Social/Jornalismo (quadro I) nas universidades e institutos superiores públicos e privados em Portugal. Uma vez identificados os cursos, procedeu-se à análise dos planos de estudos com o objetivo de identificar a presença de unidades curriculares cuja designação apontasse para o ensino de conteúdos relacionados com a rádio e em particular com o jornalismo radiofónico. Relativamente às unidades curriculares, procurou-se no site da instituição o programa das disciplinas, o que foi possível em sete casos: Universidades de Coimbra, Nova, Porto e Autónoma, Escola Superior de Educação

de Portalegre e de Comunicação Social de Lisboa e Instituto Superior Miguel Torga. Esses programas foram analisados em função dos objetivos da unidade curricular, das competências a adquirir pelos estudantes, das metodologias adotadas e dos conteúdos ministrados.

A análise dos planos de estudo foi realizada em junho de 2015 e posteriormente em setembro do mesmo ano, por se ter verificado a existência de modificações em diversos cursos durante este período.

Quadro I – Cursos de Ciências da Comunicação/
Comunicação Social/Jornalismo analisados

Instituição	Curso	Unidade Curricular	Obrigatória/ Opção
Universidade Nova de Lisboa	Ciências da Comunicação	Atelier de Jornalismo Radiofónico	Opção
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Ciências da Comunicação	Técnicas de Expressão Jornalística I – Audiovisual	Obrigatórias
		Técnicas de Expressão Jornalística II – Audiovisual	
Universidade do Minho	Ciências da Comunicação	Jornalismo e Som	Obrigatória
ESE de Setúbal	Comunicação Social	Jornalismo Radiofónico	Opção
ESE de Portalegre	Jornalismo e Comunicação	Oficina de Jornalismo radiofónico	Obrigatória
Universidade de Coimbra	Jornalismo e Comunicação	Jornalismo Radiofónico	Opção
ESE – Coimbra	Comunicação social	Atelier de Jornalismo Radiofónico	Obrigatória
		Técnicas de Jornalismo Radiofónico	Obrigatória
Instituto Miguel Torga	Comunicação social	Produção e realização radiofónica	Obrigatórias
		Laboratório de Jornalismo Radiofónico I	
		Laboratório de Jornalismo Radiofónico II	
Escola Superior de Comunicação Social	Jornalismo	Atelier de Jornalismo Radiofónico	Obrigatório
Instituto Politécnico de Tomar (Abrantes)	Comunicação Social	Discursos e Formatos Radiofónicos	Opção
		Realização e Produção Radiofónica	Opção

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	Ciências da Comunicação	Rádio e Multimédia	Obrigatória
Universidade Católica	Comunicação Social e Cultural	Comunicação Radiofónica	Opção
Universidade Católica (Braga)	Ciências da Comunicação	Atelier de Jornalismo Radiofónico	Obrigatória
Universidade Fernando Pessoa	Ciências da Comunicação	Laboratório de Rádio	Opção
Universidade Europeia	Ciências da Comunicação	Jornalismo Radiofónico	Obrigatória
Universidade Lusíada	Comunicação Multimédia	Introdução ao Estudo do Som	Obrigatórias
		Técnicas de Áudio	
Universidade Autónoma de Lisboa	Ciências da Comunicação	Atelier de Rádio I	Obrigatórias
		Atelier de Rádio II	
Universidade Lusófona	Comunicação e Jornalismo	Jornalismo Radiofónico	Obrigatórias
		Técnicas de Expressão Radiofónica	
Universidade Lusófona (Porto)	Ciências da Comunicação	Técnicas de Expressão Radiofónica	Obrigatória
Instituto Politécnico de Viseu	Comunicação Social	Atelier de Rádio	Obrigatória
Universidade da Beira Interior	Ciências da Comunicação	Jornalismo Radiofónico	Opção
Universidade Trás os Montes e Alto Douro	Ciências da Comunicação	Imprensa, Rádio e Televisão	Obrigatória
Universidade dos Açores, Universidade do Algarve; Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IP de Leiria; ISLA - Gaia; Instituto Universitário da Maia (ISMAI).	Não foram encontradas unidades curriculares de rádio nos cursos ministrados nestas instituições.		

Fonte própria.

Caracterização do ensino do jornalismo radiofónico em Portugal

Dos cursos observados, constata-se que o ensino da rádio, e em particular do jornalismo radiofónico, integra a maioria dos planos de estudo, mas essa presença é muito diferente de caso para caso.

Encontramos cursos nos quais o foco está diretamente relacionado com o ensino do jornalismo radiofónico. São os casos das universidades Nova, Coimbra, Lusófona, Europeia, Universidade Católica (Braga) e Beira Interior, das escolas superiores de educação de Setúbal, Portalegre, Coimbra e da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa. É ainda o caso do Instituto Miguel Torga. Em todos estes cursos, a unidade curricular tem designações como Jornalismo Radiofónico, Oficina de Jornalismo Radiofónico ou Atelier de Jornalismo Radiofónico.

Noutros casos, o jornalismo radiofónico integra a unidade curricular, embora partilhando os conteúdos com outras formas de jornalismo. São os casos da Universidade do Porto (Técnicas de Expressão Jornalística I e II – Audiovisuais) e da UTAD (Imprensa, Rádio e Televisão). Há ainda o caso da Universidade do Minho que com a designação de Jornalismo e Som parece submeter a unidade curricular para uma visão mais alargada do jornalismo sonoro que não esteja circunscrito à rádio tradicional e hertziana, mas que seja praticado também em ambientes digitais.

Encontramos ainda cursos cujas unidades curriculares apontam para uma abordagem da rádio no seu todo e não especificamente no jornalismo radiofónico. São os casos da Comunicação Radiofónica (Universidade Católica de Lisboa); Rádio e Multimédia/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Discursos e Formatos Radiofónicos e Realização e Produção Radiofónica (Instituto Politécnico de Tomar – Abrantes); Laboratório de Rádio (Universidade Fernando Pessoa); Introdução ao Estudo do Som e Técnicas de Áudio (Universidade Lusíada); Atelier de Rádio I e II (Universidade Autónoma), Técnicas de Expressão Radiofónica (Universidade Lusófona – Porto) e Atelier de Rádio (Instituto Politécnico de Viseu).

A divisão entre unidades curriculares de opção e obrigatórias é também relevante de assinalar. Assim, dos cursos observados, em sete casos as unidades curriculares relacionadas com rádio ou jornalismo radiofónico são opcionais, sendo que em 16 cursos são obrigatórias. Por outro lado, encontramos também ofertas formativas nas quais os conteúdos de rádio são ministrados em mais do que uma unidade curricular. Assim, nas seguintes instituições, os cursos oferecem duas unidades curriculares relacionadas com o ensino da rádio: Universidade do Porto, ESE de Coimbra, Universidades Lusófona, Autónoma e Lusíada. No caso do Instituto Politécnico de Tomar, são também oferecidas duas unidades curriculares, mas ambas optativas. Destacamos ainda o Instituto Miguel Torga que oferece três unidades curriculares relacionadas com a rádio e o jornalismo radiofónico e todas elas de frequência obrigatória.

Existem, no entanto, outros cursos que embora dedicando unidades curriculares destinadas ao ensino específico de outros média, ignoram a rádio. No ISLA de Gaia, no ISMAI, nas universidades do Algarve e dos Açores os planos de estudos não incorporam qualquer unidade curricular relacionada com o ensino da rádio ou do jornalismo radiofónico, embora seja de referir que no caso dos Açores, o curso de Ciências da Comunicação está mais vocacionado para a vertente das Relações Públicas. NO ISMAI, o plano de estudos possui várias unidades curriculares de Jornalismo (I, II, III, IV) sendo de supor que alguma delas esteja relacionada com o ensino da rádio. Outra ressalva deve ser feita, pois é de admitir que os conteúdos de rádio estejam incorporados noutras unidades curriculares mais gerais de ciências da comunicação, como possam ser os casos de História dos Média, Discurso do Média ou Discurso Jornalístico, por exemplo. No entanto, tal não foi possível comprovar uma vez que não é nossa intenção no presente artigo, proceder a uma análise de todas as unidades curriculares de todos os planos curriculares dos cursos.

Uma nota final nesta breve caracterização para o Instituto Politécnico de Leiria que, na sequência do processo de avaliação do curso, modificou a sua designação e o Plano de Estudos deixou de incorporar qualquer unidade curricular relacionada

com o ensino da rádio ou do jornalismo radiofónico. Até ao ano letivo 2014-2015, era ministrada a UC de Oficina de Som e Imagem.

Da prática ... à prática

A análise aos programas das unidades curriculares permite-nos chegar a uma primeira constatação: a maior parte dos conteúdos apontam claramente para uma vertente prática do ensino do jornalismo radiofónico.

Há uma preocupação em transmitir conhecimentos de cariz prático que direcionem o aluno para o “saber-fazer” olhando para aspetos tangíveis da profissão como seja a edição e montagem de peças radiofónicas, o tratamento dos géneros jornalísticos especificamente na rádio, a preparação técnica e tecnológica nomeadamente com o trabalho realizado em software de edição de som e a leitura ao microfone.

Na Universidade de Coimbra, o curso integra a UC opcional de Jornalismo Radiofónico. Pelo programa, pode-se constatar que se trata de uma unidade curricular que privilegia o trabalho prático e a obtenção de conhecimentos visando o saber-fazer. A produção de géneros jornalísticos para rádio, a leitura e treino de voz ou as técnicas de escrita para rádio são alguns dos conteúdos da unidade curricular. O carácter prático da disciplina é acentuado pelo único trabalho de avaliação que é proposto aos estudantes e que passa pela realização “de um trabalho laboratorial ou de campo”.

No caso do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), as unidades curriculares de Laboratório de Jornalismo Radiofónico I e II funcionam nos 4.º e 5.º semestres e pretendem ser uma continuação das aprendizagens. De acordo com o programa disponível, as UC assumem um carácter prático bastante vincado e com correspondência muito estreita com a atividade profissional, colocando por isso num segundo plano as questões relacionadas com o papel do som da representação da realidade e da sua presença nas sociedades contemporâneas. Assinale-se, no entanto, que no ISMT, estas duas UC são precedidas de uma outra denominada de Produção e Realização Radiofónica que, não estando tão focalizada no jornalismo, um dos objetivos passa por “desenvolver uma perspectiva crítica sobre o actual panorama da rádio em Portugal e perspectivar-lhe os desafios do futuro”.

Na Escola Superior de Comunicação Social é assumida também a vertente prática da disciplina uma vez que o aluno deverá “ser capaz de dominar os fundamentos da edição de noticiários ou notícias e a execução de reportagens e entrevistas (...)”.

A UC de Atelier de Jornalismo Radiofónico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa tem também um cariz prático muito acentuado, procurando ir ao encontro das especificidades do jornalismo radiofónico, a realização de peças radiofónicas, as técnicas de escrita e realização radiofónica. Tem, no entanto, a característica de ser uma das poucas unidades curriculares analisadas que integra na avaliação um trabalho de cariz teórico.

A UC de Oficina de Jornalismo Radiofónico da ESE de Portalegre assume também um carácter prático e segue as linhas de orientação de outros cursos: especificidade da linguagem radiofónica, pesquisa e edição de peças radiofónicas, produção de momentos informativos na rádio. Neste caso, existe também espaço para conteúdos mais teóricos como a expressividade radiofónica e a construção da realidade através das notícias da rádio.

No caso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, os conteúdos referentes ao jornalismo radiofónico estão divididos por duas UC: Técnicas de Expressão Jornalística I – Audiovisual e Técnicas de Expressão Jornalística II – Audiovisual. Significa dizer que não se tratam de UC específicas de rádio, uma vez que os conteúdos integram também o meio televisivo. As UC têm uma lógica de continuidade entre elas e, embora assumam um carácter prático, integram também conteúdos de índole teórico, em particular na UC de Técnicas de Expressão Jornalística II – Audiovisual, cujos conteúdos passam pela abordagem de questões como as imagens acústicas, o sistema semiótico da rádio ou as funções e recursos do jornalismo radiofónico. No entanto, a UC, na sua componente de rádio, contempla sobretudo conteúdos que apontam para o saber-fazer e cujos itens são também seguidos noutros cursos aqui analisados.

A Universidade Autónoma de Lisboa, com as suas duas unidades curriculares (Atelier de Rádio I e II) procura combinar as vertentes teórica e prática da rádio. Em ambos os programas das unidades curriculares, entre as competências que os alunos deverão adquirir encontramos: “Saber conceber, realizar e produzir um programa de rádio e conteúdos áudio; Apresentar conteúdos de áudio ou rádio; Redigir para áudio e rádio; Editar e colocar áudio na web e nas redes sociais; Selecionar, redigir e apresentar notícias”. Daqui se deduz o carácter prático das unidades curriculares, embora os programas incluam ainda questões relacionadas com a História da Rádio, as características do meio ou os públicos e conteúdos, por exemplo.

As questões teóricas relacionadas com o meio radiofónico parecem, assim, colocadas num segundo plano dando prioridade às matérias de índole prático. Ainda assim, as características do meio radiofónico, a linguagem e expressividade e história da rádio são os principais tópicos encontrados. Ficam de fora outras matérias como seja a radiodifusão local ou o serviço público de rádio, salvaguardando, no entanto, que estes conteúdos possam ser lecionados integrados noutros pontos do programa.

A rádio multimédia

Tal como descrevemos no presente artigo, a rádio passa atualmente por uma fase de profundas alterações quer ao nível dos seus modos de produção, de rotinas e até na sua dimensão conceptual. Esta ideia tem sido vincada, como vimos, por vários autores e motivo para que se considere que este novo cenário para o meio radiofónico faça parte, de forma efetiva, dos programas das unidades curriculares ministradas nos cursos superiores de comunicação.

Os aspetos tecnológicos e a crescente importância que a digitalização, e em particular a Internet, tem vindo a assumir nas práticas jornalísticas impõe que a academia, através das suas ofertas formativas, incorpore essas novas realidades nos planos de estudo. Se é verdade que os cursos de ciências da comunicação/comunicação social/jornalismo integram já algumas unidades curriculares nesse sentido, no caso específico do ensino da rádio e do jornalismo radiofónico, o cenário é um pouco diferente.

Numa análise mais superficial, tendo por base apenas as designações das unidades curriculares, verificámos que apenas no caso do ISCSP (Rádio e Multimédia)

a unidade curricular é assumidamente virada para as questões da rádio num novo contexto multimidiático.

As restantes unidades curriculares preferem designações que apontam, como vimos, para o carácter profissionalizante dos conteúdos, como são os casos das oficinas, dos laboratórios ou dos ateliers.

Com base na observação dos programas a que tivemos acesso, verificámos que as questões relacionadas com a presença da rádio na Internet ou são ignoradas ou referidas de uma forma muito reduzida.

No caso do ISMT, apenas em dois pontos, na UC de Laboratório de Jornalismo Radiofónico II, são abordados “os futuros” do jornalismo radiofónico e noutra a relação da rádio com o podcasting e as plataformas móveis entre outros dispositivos.

Nos casos da Universidade de Coimbra e da Universidade do Porto do programa não consta qualquer referência à rádio num contexto online.

Na Universidade Autónoma de Lisboa, nas duas unidades curriculares do curso, há pequenas referências à rádio no contexto online. Entre as competências a adquirir pelos alunos em Atelier de Rádio I consta “Editar e colocar áudio na web e nas redes sociais” e no ano seguinte, é feita outra referência em relação a Atelier de Rádio II “Colocar produtos áudio na internet” (Atelier de Rádio II).

Na Universidade Nova de Lisboa, existe apenas um ponto dedicado ao “posicionamento da rádio no mapa dos meios e a influência das novas tecnologias digitais no jornalismo e na rádio em particular”.

No caso da ESE de Portalegre, há também uma pequena referência aos “novos caminhos da rádio, em concreto a inserção deste medium no contexto digital e multimidiático” nos objetivos da unidade curricular, embora os conteúdos indiquem apenas um ponto para a abordagem das matérias relacionadas com a rádio e o online.

Notas finais

Os planos de estudo dos cursos de ciências da comunicação/comunicação social/jornalismo em Portugal demonstram a importância que a formação superior na área da rádio tem para o ensino do jornalismo em geral. A maior parte dos cursos superiores portugueses integra unidades curriculares de rádio ou jornalismo radiofónico e, na maioria dos casos, essas unidades curriculares são de frequência obrigatória. Este dado está em linha com a própria realidade do mercado de trabalho que, embora sobrelotado na área dos média em geral e do jornalismo em particular, integra, como é natural, o setor da rádio.

Por outro lado, da análise dos programas das unidades curriculares dos cursos de ciências da comunicação/comunicação social/jornalismo em Portugal sublinhamos três aspetos principais.

Em primeiro lugar, o carácter prático e, em certa medida, profissionalizante dos programas de jornalismo radiofónico no ensino superior português. Como observámos, os programas das unidades curriculares enfatizam o saber-fazer, o falar ao microfone, a leitura de notícias, a produção de peças e a manipulação do som, por exemplo. São menos relevantes – e este é o segundo aspeto – as questões teóricas e conceptuais relacionadas com um meio de comunicação em mutação e em constante relação com os outros media. As questões teóricas que surgem em menor

proporção se comparadas com as práticas, estão reduzidas à introdução ao estudo da rádio, como seja a abordagem às características específicas do meio, a sua linguagem ou história. Raramente surgem nos programas das unidades curriculares analisadas, questões relacionadas com o setor da radiodifusão local ou o serviço público de rádio, para dar dois exemplos. A avaliar pelos programas analisados, não surgem tópicos de abordagem que relacionem ou problematizem a rádio enquanto ator social, político, cultural ou até educativo.

Por fim, um terceiro aspeto que merece atenção e que é, até de certo modo, surpreendente. O peso da rádio num contexto multimédia é muito reduzido. Tal como vimos, as questões relacionadas com esta matéria surgem de forma muito passageira nos programas analisados ou, em alguns casos, estão mesmo ausentes, apesar de, do ponto de vista do mercado e do meio de comunicação radiofónico, suscitar profundas reflexões no campo da investigação académica e profissional. Seria, pois, de esperar que os programas fossem mais além nesta matéria suscitando o debate, a reflexão e a crítica junto dos estudantes, despertando-os para uma realidade que irão encontrar no ambiente profissional.

Naturalmente que se impõe uma ressalta a estas notas finais. O presente artigo foi construído com base na observação dos planos curriculares dos cursos e nos programas das unidades curriculares de rádio e jornalismo radiofónico. Por essa via, não nos é possível confirmar outras hipóteses que devem ser colocadas, como a autonomia do professor em sala de aula para a abordagem de outras questões ou a existência destes conteúdos noutras unidades curriculares, cenários que exigiriam outras metodologias complementares, como a observação em sala de aula ou a realização de entrevistas a docentes e alunos, por exemplo.

Bibliografia

- Bonixe, L. (2014a) Rotinas e constrangimentos no jornalismo das rádios locais portuguesas. In Reis. A.I et. al. (org.) *Das Piratas à Internet – 25 anos de rádios locais*. CECS. Pp. 61-78.
- Bonixe, L. (2014b) Temáticas e linhas de investigação do jornalismo radiofónico português. VIII Sopcom. Atas do Congresso.
- Bonixe, L. (2009) *A informação radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa. A Internet como cenário emergente*. Tese de Doutoramento: Universidade Nova de Lisboa.
- Canavilhas, J. (2011) Ensino do jornalismo: o digital com oportunidade. In: Quadros, C. et.al. (org.) *Jornalismo e Convergência: Ensino e práticas profissionais*. Covilhã: Lab-Com Books. pp. 13-20.
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado – os desafios colocados à formação*. Livros Labcom. In: (<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/131>). (Acedido: 16 de julho de 2015).
- Correia, J.C. (1998) O Ensino do Jornalismo visto pelos Jornalistas. In: (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>). (Acedido: 12 de junho de 2015).
- Gatescope (2015) *Rádio Gatescope - 2015*. In: (http://issuu.com/publishing_ligateamedia/docs/gatescope_2015_r_dio). (Acedido: 2 de setembro de 2015).

- Haye, R. (2011). La radio que viene. *Rádio-Leituras*. In: (http://radioleituras.files.wordpress.com/2011/08/2-haye_esp.pdf). (Acedido: 10 de julho de 2015).
- Júnior, L. (2014) Atelier de Jornalismo Radiofônico: a promoção do aspecto sensorial da notícia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. *Rádio-Leituras*. In: (<https://radioleituras.files.wordpress.com/2014/07/artigo3.pdf>). (Acedido: 23 julho 2015).
- Júnior, L. (2015) O ensino do Jornalismo Radiofônico na ESEP e na UNITAU: duas experiências em recantos de Portugal e do Brasil. *Aprender*:32. Pp. 24-39. In: (<http://www.esep.pt/aprender/index.php/downloads?download=727:revista-aprender-n-35>). (Acedido: 28 de julho de 2015).
- Maluly, L. & Maciel, S. (2014). O ensino de rádio no Brasil: sobre a superação de modelos. Livro Atas Sopcom 2013. pp-939-945. In: (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29597>). (Acedido: 14 de maio de 2015).
- Marinho, S. (2011). *Formação em Jornalismo numa sociedade em mudança - modelos, percepções e práticas na análise do caso português*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. In: (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19819/1/Sandra%20Cristina%20dos%20Santos%20Monteiro%20Marinho.pdf>). (Acedido: 10 de julho de 2015).
- Meditsch, E. (2001), *O ensino do radiojornalismo em tempos de Internet*. In: (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1904/4604/1/NP6MEDITSCH.pdf>). (Acedido: 23 junho de 2015).
- Mesquita, M. & Ponte, C. (1997) *Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo*.
- Ortiz, M. & Cuesta, J. (2003) Juan, *La Radio Digital – nuevos perfiles profesionales*, Madrid: Instituto Oficial de Radio y Televisión.
- Pew Research Center (2015) *State of News Media – 2014*. In: (<http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>). (Acedido: 18 de junho de 2015).
- Pinto, M. (2004) O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*: 5. Pp. 49-63
- Rebello, J. (2011) (Coord.) *Ser Jornalista em Portugal – perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva
- Vieira, J. et al. (2010). Os novos caminhos da rádio: Radiomorphosis. Tendências e Perspectivas. Obercom.